

Per universum mundum. A memória, os espaços e a historiografia medieval portuguesa (1140-1340)

José Manuel Simões

Universidade de Évora

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca2>

Resumo

Entre os primeiros movimentos de afirmação do reino de Portugal, em meados do século XII, e a ressurgência pontual do conflito entre os reinos ibéricos e o Islão, no século XIV, a produção historiográfica no Ocidente peninsular desenvolve-se. Nesse período multiplicam-se não só os textos, como a sua abrangência espaço-temporal e a própria complexidade ideológica, num movimento que estará longe de ser linear. O objetivo desta investigação é estudar os processos de construção da memória dos espaços identificados por via da toponímia na historiografia produzida entre 1140 e 1340, precisamente no território do Ocidente peninsular que se ia constituindo, por essa altura, como o reino de Portugal. Procuramos, assim, aproximar-nos das formas e funções de apropriação mental, simbólica e ideológica dos espaços nessas narrativas. O modelo de trabalho basear-se-á numa conjugação entre métodos qualitativos, de análise hermenêutica e de representações, e quantitativos, de análise textual, associados às humanidades digitais.

Palavras-chave: Memória; Espaços; Historiografia; Idade Média; Representações.

Abstract

Between the first movements of affirmation of the Portuguese kingdom, in the mid-12th century, and the punctual resurgence of the conflict between the Iberian kingdoms and Islam, in the 14th century, the historiographical production in the peninsular West develops. In this period, not only the texts multiply, but also their spatial-temporal scope and the ideological complexity itself, in a movement that is far from linear. The aim of this

research is to study the processes of construction of the memory of the spaces identified through toponymy in the historiography produced between 1140 and 1340, precisely in the Western Peninsular territory that would be constituted, by then, as the kingdom of Portugal. Thus, we seek to approach the forms and functions of mental, symbolic, and ideological appropriation of spaces in those narratives. The working model will be based on a combination of qualitative methods, hermeneutic and representational analysis, and quantitative methods of textual analysis, associated with digital humanities.

Keywords: Memory; Spaces; Historiography; Middle Ages; Representations

Tema, problemas, objetivos

Entre os primeiros movimentos de afirmação do reino de Portugal, em meados do século XII, e a ressurgência pontual do conflito entre os reinos ibéricos e o Islão, no século XIV, a produção historiográfica no Ocidente peninsular desenvolve-se. Ao longo desse período multiplicam-se não só os textos, como a sua abrangência espaço-temporal e a própria complexidade ideológica, num movimento que estará longe de ser linear. Consequentemente, multiplicam-se os espaços referidos pelos diferentes textos, o modo como o são, como surgem e as longas cadeias de relações que estabelecem entre si. A representação e as relações que estabelecem entre si constituem, por isso, a problemática essencial em que se centra este estudo.

Será, partindo dela, que nos propomos estudar os processos de construção da memória dos espaços na historiografia produzida entre 1140 e 1340 no território do Ocidente peninsular que se ia definindo como o reino de Portugal. Dito de outro modo, a construção da memória que ao longo do tempo se foi fazendo dos espaços peninsulares, (entendidos aqui no sentido geográfico do termo e enquanto elemento heterogêneo e complexo, como processo e produto de múltiplas inter-relações, compreendendo a atribuição humana de significados¹) a partir de recordações de caráter individual, coletivo e social, fixadas mormente através da escrita².

Tempo

A cronologia definida, 1140-1340, aparece estremada por duas datas concretas, assumindo desde já a sua utilidade para a delimitação do estudo, não obstante o caráter poroso com que as possamos olhar. Nelas se reflete também uma profunda e

¹ Doreen Massey, *For space* (Londres: Sage, 2005), 9.

² Jeffrey K. Olick e Joyce Robbins, "Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices", *Annual Review of Sociology* 24 (1998), 122.

significativa ligação ao espaço. A primeira, 1140, define-se desde logo em função da sua centralidade no intervalo cronológico representado pelos anos 1139-1141. Marcado por acontecimentos relevantes no plano político-militar, compreende a batalha de Ourique (julho de 1139), a subsequente aclamação de Afonso Henriques – amplamente repetida pela historiografia medieval portuguesa – e o seu provável regresso triunfal a Coimbra³. De modo semelhante, compreende ainda o chamado «recontro» ou «bafordo» de Valdevez, que opôs as tropas de Alfonso VII e as de Afonso Henriques, ocorrido muito provavelmente na Primavera de 1141⁴ e do qual resultaria um acordo favorável ao futuro rei de Portugal⁵. Esta «conjugação fortuita» de eventos interligados entre si e integrados no movimento de expansão e independência do reino português liderado por Afonso Henriques, além de projetar a independência portuguesa num «horizonte europeu⁶» e de enquadrar historicamente diferentes processos em curso nesse período, permite-nos, pois, travejar de modo significativo a nossa análise. Para mais, no plano da historiografia, essa datação corresponderia ainda ao momento em que se copiava no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, no final de um homiliário datado precisamente de 1139, um texto produzido cerca de 1111: o dos *Annales ad annum 1111*.

O segundo marco da cronologia que adotamos aqui, 1340, associa-se sobretudo a um outro acontecimento bélico cuja ligação ao espaço será também evidente. O combate travado entre as hostes portuguesas e castelhanas, coligadas após o tratado de paz que no ano anterior pusera fim à guerra entre os dois reinos, e coadjuvadas por tropas aragonesas e genovesas com os exércitos do império merínida de Marrocos e do reino de Granada nas margens do rio Salado, na região de Tarifa, configurara um triunfo tão efetivo no plano militar quanto simbólico para a cristandade⁷. Não eliminando a presença dominial do Islão na península, mantida através do reino de

³ José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 157-166.

⁴ Monika Blöcker-Walter, *Alfons I. von Portugal* (Zurich: Fretz und Wasmuth, 1966), 40-42; Bernard Reilly, *The Kingdom of Leon-Castilla Under King Alfonso VII, 1126-1157* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998), 70-72.

⁵ Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 191-193. Veja-se ainda Luís Krus, *A construção do passado medieval* (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 229-234.

⁶ José Mattoso, “Entre Oriente e Ocidente. Contactos de Portugal com o mundo nas origens da nacionalidade”, in *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*, ed. Mário Barroca (Porto: CITCEM, 2017), 13.

⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, “O sangue, a cruz e a coroa: a memória do salado em Portugal”, *Penélope 2* (1989), 28-48; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Temas e Debates, 2009), 259-270; Joseph O’Callaghan, *The Gibraltar crusade: Castile and the Battle for the Strait* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011), 162-188.

Granada, nem, claro está, essa imensa minoria muçulmana⁸, impedira, isso sim, o avanço da última grande invasão islâmica do espaço ibérico e afastara a ameaça de eventuais investidas muçulmanas na península e, a partir desta, na região transpirenaica.

Facto que, por isso, possuía um capital simbólico tal que tornava a sua memória «ideológica e politicamente apetecível tanto para a nobreza como para a coroa⁹», e por elas seria aproveitada e celebrada. Com efeito, a memória desse acontecimento não deixaria de ser ritualizada através de celebrações litúrgicas adotadas em várias dioceses portuguesas e igualmente narrativizada em textos, como aqueles encontrados no cartório da Sé de Lisboa que referiam a *Sancta et admirabili victoria Christianorum*, em poemas laicos ou canções de gesta e relatos de carácter histórico¹⁰. Ou, de modo mais contido, na última notícia da chamada *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, produzida entre 1330 e 1340, ainda que esta possa ter sido aí acrescentada posteriormente¹¹. Não obstante, é esse texto que fecha a nossa cronologia. Uma cronologia que será mais fluída do que rígida, permitindo-nos delimitar as fontes de que partimos mais do que marcar o início ou o fim dos processos que analisamos. Não exageremos nem subestimemos, por isso, a importância dos marcos cronológicos apresentados.

Espaço

Ao contrário do arco cronológico, o recorte geográfico deste estudo não se define em função da localização e do tempo da escrita. Define-se, sim, através das menções a espaços em cada um dos textos, mais concretamente através da toponímia e dos seus desdobramentos, tais como corónimos, orónimos ou hidrónimos. O recurso a estes identificadores será particularmente adequado às fontes em causa, uma vez que os espaços aí mencionados sê-lo-ão sobretudo através do nome (cidades, castelos, mosteiros) e não de outros expedientes (descrições, por exemplo).

Em traços gerais, essa espacialidade espelha uma geografia essencialmente concentrada na Península Ibérica – mais concretamente na sua zona mais ocidental – onde se ia desenhando e articulando a complexa realidade política que se designaria como reino de Portugal. Inclui também referências mais ou menos pontuais a lugares

⁸ Filomena Barros, “Tempos e espaços de mouros, a minoria mulçumana no Reino Português (séculos XII a XV)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2007), 125-152.

⁹ Sousa, *D. Afonso IV*, 269.

¹⁰ Sousa, “O sangue, a cruz”, 32-33; Sousa, *D. Afonso IV*, 265-269.

¹¹ Filipe Alves Moreira, “A historiografia régia portuguesa anterior ao Conde de Barcelos”, in *O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*, coord. Maria do Rosário Ferreira (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010), 33-51.

de além-Pirenéus, norte-africanos e da bacia do mediterrâneo, igualmente relevantes para a análise. Assim, apesar de a distribuição dessas menções não ser uniforme nos diferentes textos, o recorte geográfico foi definido em função da totalidade das referências espaciais. Não se trata, reiteramos, de uma análise cingida ao contexto ibérico de onde são provenientes os textos que analisamos, mesmo se é esse o referencial que centra e perspectiva a nossa leitura por se tratar, como dissemos, do espaço da escrita. Será, por isso, a análise de uma geografia convocada pela historiografia que tem como limite o universo toponímico dos textos.

Enquadramento historiográfico

Este estudo enquadra-se numa linha de análise historiográfica que entende o espaço como elemento participativo nas fontes históricas. Mais do que acentuar as origens oitocentistas das chamadas de atenção nesse sentido¹² ou o movimento, mais recente, em torno do chamado *spatial turn*¹³, parece-nos fundamental aqui recuperar alguns dos principais contributos para um entendimento do espaço medieval enquanto «objeto de história¹⁴». São esses os contributos que informam o nosso trabalho e esboçam, simultaneamente, o horizonte em que ele se inscreve.

Começando, por exemplo, por Alain Guerreau, que, ao introduzir a noção de polarização que descrevia o espaço feudal como heterogéneo, descontínuo e subdividido em múltiplos *loci*, positivos e negativos¹⁵, influenciaria muito outros trabalhos posteriores. À semelhança, de resto, daquilo que fariam Patrick Gautier-Dalché e Paul Zumthor¹⁶ (para citar as sínteses mais relevantes), evidenciando ainda que a

¹² Ver, por exemplo, o enquadramento de Susanne Rau, *History, Space and Place* (Abingdon: Routledge, 2019), 14-23.

¹³ Doris Bachmann-Medick, *Cultural Turns: Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften* (Reinbek: Rowohlt 2006), 284-328; Jörg Doring e Tristan Thielmann, “Einleitung: Was lesen wir im Raume? Der Spatial Turn und das geheime Wissen der Geographen”, in *Spatial Turn: Das Raumparadigma in den Kultur- und Sozialwissenschaften*, ed. Jörg Doring e Tristan Thielmann (Bielefeld: Transcript, 2008), 7-45.

¹⁴ Jean-Pierre Devroey e Michel Lauwers, “L’«espace» des historiens médiévistes: quelques remarques en guise de conclusion”, in *Construction de l’espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*, ed. Thomas Lienhard (Paris: Publications de la Sorbonne, 2007), 435-453.

¹⁵ Alain Guerreau, “Quelques caractères spécifiques de l’espace féodal européen », in *L’État ou le roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIV^e-XVII^e siècles)*, ed. Neithard Bulst, Robert Descimon, Alain Guerreau (Paris: Maison des sciences de l’homme, 1996), 85-101.

¹⁶ Patrick Gautier-Dalché, “Un problème d’histoire culturelle: perception et représentation de l’espace au Moyen Age”, *Médiévales* 18 (1990), 5-15; Paul Zumthor, *La mesure du monde* (Paris: Seuil, 1993), 51-68; Alain Guerreau, “Structure et évolution des représentations de l’espace dans le Haut Moyen Âge Occidental”, in *Uomo e spazio nell’alto Medioevo* (Spoleto: CISAM, 2003), 95-115; Patrick Gautier-Dalché, “Perspectives de recherches. Considérations intempêtes sur l’objet «espace médiéval» et sur sa construction”, in *De l’espace aux territoires: La territorialité des*

perceção e a representação do espaço terão sido influenciadas pelos ambientes cultural e social em que se produziram durante a Idade Média. Poderíamos, nesse sentido, acrescentar igualmente alguns apontamentos de Chris Given-Wilson e de outros autores¹⁷, demonstrando estes como a escrita (incluindo a escrita poética¹⁸) também permitiu cartografar os territórios, as propriedades ou os lugares.

Mas o espaço tem também sido visto através da análise das representações textuais e iconográficas¹⁹ que abordam a presença de uma carga simbólica nos referentes espaciais e que convergem entre si na noção de que esses referentes carregam mais do que uma informação pura e simples. Nesse mesmo sentido, e no que diz respeito à construção e à representação letrada da memória dos espaços, têm surgido algumas propostas de análise, nomeadamente a partir das obras geográficas²⁰ e da cronística²¹ para o espaço da Europa setentrional, e, para o caso da Península Ibérica, da

processus sociaux et culturels au Moyen Âge, ed. Stéphane Boisselier (Turnhout: Brepols, 2010), 133-144.

¹⁷ Chris Given-Wilson, *Chronicles. The writing of History in Medieval England* (Londres: Hambleton and London, 2004), 113-135; Daniel Smail, "The Linguistic Cartography of Property and Power in Late Medieval Marseille", in *Medieval Practices of Space*, ed. Barbara Hanawalt e Michal Kobiálka (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000), 37-63.

¹⁸ Tom Conley, "Poetic mapping on Villon's «Contredictz de Franc Gontier»", in *Medieval Practices of Space*, ed. Barbara Hanawalt e Michal Kobiálka (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000), 242-260; Stephen Nichols, "Poetic Places and Real Spaces: Anthropology of Space in Crusade Literature", *Yale French Studies* 95 (1999), 111-133.

¹⁹ Meredith Cohen, Fanny Madeline e Dominique Iogna-Prat, "Introduction", in *Space in the Medieval West. Places, Territories, and Imagined Geographies*, ed. Meredith Cohen e Fanny Madeline (Abingdon: Routledge, 2014), 1-17; Rita Costa Gomes, "A reconquista e o imaginário da cidade peninsular", in *A simbólica do espaço: cidades, ilhas, jardins*, ed. Yvette Centeno e Lima de Freitas (Lisboa: Estampa, 1991), 43-57; Jean-Claude Schmitt, "«De l'espace aux lieux»: les images médiévales", in *Construction de l'espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*, ed. Thomas Lienhard (Paris: Publications de la Sorbonne, 2007), 317-346.

²⁰ Nathalie Bouloux, "From Gaul to the Kingdom of France: Representations of French Space in the Geographical Texts of the Middle Ages (Twelfth–Fifteenth Centuries)", in *Space in the Medieval West. Places, Territories, and Imagined Geographies*, ed. Meredith Cohen e Fanny Madeline (Abingdon: Routledge, 2014), 197-218; Emmanuelle Tixier de Mesnil, *Géographes d'al-Andalus. De l'inventaire d'un territoire à la construction d'une mémoire* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2014); Andrew Merrills, "Geography and memory in Isidore's Etymologies", in *Mapping Medieval Geographies: Geographical Encounters in the Latin West and Beyond, 300-1600*, ed. Keith D. Lilley (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), 45-64.

²¹ Marie Bláhová, "Geographische Vorstellungen und Kenntnisse der böhmischen mittelalterlichen Chronisten", in *Raum und Raumvorstellungen im Mittelalter*, ed. Jan Aertsen e Andreas Speer (Berlim: De Gruyter, 1998), 540-556; Patrick Henriot, "L'espace et le temps hispaniques vus et construits par les clercs (IXe-XIIIe siècle)", *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 15 (2003): 93-106; Megan Cassidy-Welch, "Space and Place in Medieval Contexts", *Parergon* 27 (2010), 1-12; Megan Cassidy-Welch, "Memories of Space in Thirteenth-Century France: Displaced People After the Albigensian Crusade", *Parergon* 27 (2010):

épica²², da cronística²³ e também da linhagística. Na historiografia portuguesa, o trabalho de maior fôlego a partir desse último enfoque continua ainda a ser o de Luís Krus. Esse estudo, que segue uma lógica temática presente noutros lugares da sua obra²⁴, parte de uma conceção nobiliárquica da geografia peninsular enquanto elemento vivo na construção dos *Livros de Linhagens* e, seguidamente, baseia a sua análise do discurso sobre a legitimação do senhorialismo português nesses mesmos dados. Essa perspetiva de análise não foi continuada de modo substancial a não ser, muito recentemente, por Mariana Barros, na sua tese de doutoramento²⁵.

Por outro lado, nas últimas décadas desenvolveu-se igualmente um conjunto de temas de investigação, enquadrado por aquela perspetiva de Zumthor e associado a uma certa vivência «prática» do espaço²⁶, contemplando, entre outros, os espaços sagrados²⁷, urbanos e rurais²⁸. É igualmente uma espacialidade que concentra, representa e fundamenta o poder, tal como foi evidenciado de forma geral na obra

111-131; Isabelle Guyot-Bachy, *La Flandre et les Flamands au miroir des historiens du royaume (Xe-XVe siècle)* (Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2017).

²² Julian Weiss, "Remembering Spain in the Medieval European Epic: A Prospect", in *Locating the Middle Ages. The Spaces and Places of Medieval Culture*, ed. Julian Weiss e Sarah Salih (London: Boydell and Brewer, 2012), 67-82.

²³ Francisco Fernández Conde, "Espacio y tiempo en la construcción ideológica de Pelayo de Oviedo", *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 15 (2003): 129-148; José Monsalvo Antón, "Espacios y fronteras en el discurso territorial del reino de Asturias (del Cantábrico al Duero en las 'Crónicas Asturianas')", *Studia historica. Historia medieval* 23 (2005), 43-87.

²⁴ Luís Krus, "O tema das origens da nobreza portugalense no relato fundacional da linhagem dos senhores da Maia (finais do século XIII)", in *A Memória da Nação*, ed. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Lisboa: Sá da Costa, 1991), 71-79; Luís Krus, "As origens lendárias dos condes de Trastâmara", *Penélope* 8 (1992), 43-49.

²⁵ Mariana Barros, "A geografia cultural do medievo. A representação do espaço na História Compostellana (século XII)" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2024).

²⁶ Barbara Hanawalt e Michal Kobialka, "Introduction", in *Medieval Practices of Space*, ed. Barbara Hanawalt e Michal Kobialka (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000), IX-XVIII.

²⁷ Annie Dubourdieu e John Scheid, "Lieux de culte, lieux sacrés: les usages de la langue. L'Italie romaine", in *Lieux sacrés, lieux de culte, sanctuaires. Approches terminologiques, méthodologiques, historiques et monographiques*, ed. André Vauchez (Roma École Française de Rome: 2000), 59-80; Sarah Hamilton e Andrew Spicer, "Introduction", in *Defining the Holy. Sacred Space in Medieval and Early Modern Europe*, ed. Sarah Hamilton e Andrew Spicer (Abingdon: Routledge, 2005), 1-23.

²⁸ Albrecht Classen, "Urban Space in the Middle Ages and the Early Modern Age: Historical, Mental, Cultural, and Social-Economic Investigations", in *Urban Space in the Middle Ages and the Early Modern Age* (Berlim: De Gruyter, 2009), 1-146; Jörg Oberste e Susanne Ehrich, "Einführung: Stadt, Stadtraum, Städtelandschaft: Räume als Analysekatogorien der mediävistischen Städteforschung", in *Städtische Räume im Mittelalter*, ed. Susanne Ehrich e Jörg Oberste (Regensburg: Schnell und Steiner, 2009), 7-16; Albrecht Classen, "Introduction. Rural Space in the Middle Ages and Early Modern Times: A Significant Domain Ignored For Too Long by Modern Research?", in *Rural Space in the Middle Ages and Early Modern Age. The Spatial Turn in Premodern Studies*, ed. Albrecht Classen (Berlim: De Gruyter, 2012), 1-186.

Topographies of Power in the Early Middle Ages (expressão particularmente feliz que Chris Wickham ajudaria a consolidar²⁹), editado por Mayke de Jong e Frans Theuws. Do mesmo modo, salienta os espaços do poder real (ou a «geografia do poder régio³⁰»), de construção do reino ou os «sítios da memória régia³¹», como se propõe no livro *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas*, editado por Fernando Arias Guillén e Pascual Martínez Sopena.

É notória, porém, a ausência de um debate na historiografia medieval portuguesa (e diríamos mesmo na historiografia medieval europeia e internacional) em torno da construção da memória dos espaços e das suas múltiplas dimensões, no qual este estudo se filiaria necessariamente. Essa ausência merece ser pensada e interrogada, já que, no limite, nos impediria de realizar uma revisão da literatura. A própria noção de «lugares de memória³²», que seria mais próxima do nosso intento por apontar precisamente para os usos memória do espaço, acentuando ainda a construção do simbolismo dos lugares através de processos de apropriação ideológica e de enraizamento na memória coletiva, desenvolver-se-ia, todavia, noutros campos da História, mais distantes da época medieval, com exceção daqueles que temos vindo a mencionar. Restou-nos, por isso, enquadrar este trabalho no âmbito dos estudos sobre o espaço e, sempre que possível, no domínio da memória dos mesmos.

Fontes

Compõem as fontes de partida deste trabalho um conjunto de textos de cariz historiográfico que engloba registos de carácter analítico e cronístico³³. Incluiremos,

²⁹ Chris Wickham, “Topographies of power: introduction”, in *Topographies of Power in the Early Middle Ages*, ed. Mayke de Jong e Frans Theuws (Leiden: Brill, 2001), 1-8.

³⁰ Pascual Martínez Sopena, “Introducción”, in *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*, ed. Fernando Arias Guillén e Pascual Martínez Sopena (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018), 9-16; José Sottomayor Pizarro, “Monarquia e Aristocracia em Portugal (séculos XII-XIV): «Forais» e «Inquisições» na construção de uma Geografia do Poder Régio”, in *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)* (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018), 133-184.

³¹ Fermín Miranda García, “Los lugares del rey muerto en el reino de Pamplona/Navarra (siglos X-XIII)”, in *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)* (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018), 455-472; Alberto Navarro Baena, “La memoria regia a través de los obituarios leoneses”, in *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)* (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018), 397-418.

³² Pierre Nora, “Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux”, in *Les lieux de mémoire* (Paris : Gallimard, 1984), XVI-XLII. Sobre os lugares enquanto veículos de memória, veja-se ainda Aleida Assmann, *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses* (München: C. H. Beck, 2018), 298-327.

³³ Para um enquadramento, ver: Rodrigo Furtado, “Writing history in Portugal before 1200”, *Journal of Medieval History* 47, n. 2 (2021), 145-173.

como já dissemos, aqueles textos que foram sendo produzidos em território português e que recolheram essencialmente a memória dos monarcas do período acima definido ou versaram sobre figuras e temáticas régias, não se detendo em episódios específicos (caso, por exemplo, do *De expugnatione Scalabis*) ou lhe dedicaram breves trechos (no caso da linhagística). Procurámos assim justificar o conjunto tanto pelas características comuns, como pela sua heterogeneidade em termos de espaços mencionados, acontecimentos relatados ou nas variações mais subtis. Será essa complementar diversidade dos textos que nos permitirá não só acompanhar a evolução da historiografia medieval portuguesa, como também a sua fixação da memória dos espaços.

Assim, a nossa seleção incluiu os *Annales ad annum 1111*³⁴, os *Anais de Santa Cruz*³⁵, a *Chronica Adefonsis Portugalensis Regis*³⁶, a chamada *Continuatio ad annum 1198*³⁷, os *Anais de Oliveira*³⁸, os *Anais de Lamego*³⁹, a *Primeira Crónica Portuguesa*⁴⁰, a *Continuatio ad annum 1290*⁴¹ e a *IV^a Crónica Breve*⁴².

Metodologia

A metodologia a que recorreremos privilegiou uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, procurando com isso beneficiar da complementaridade desses métodos e das vantagens dos estudos de *métodos-conjugados* (*mixed-methods*⁴³). No primeiro caso optou-se pelas ferramentas das Humanidades Digitais enquanto forma de análise de texto e de mapeamento geográfico, recorrendo por um lado a softwares que permitem a contagem de palavras, a análise da frequência de termos, o exame de correlações entre palavras ou outras funcionalidades e, por outro lado, a um sistema de georreferenciação (GIS) que permitiu cartografar detalhadamente os

³⁴ António Cruz, *Anais, crónicas breves e memórias avulsas* (Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968), 27-28.

³⁵ Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle* (Lisboa: Portugal, 1947), 306-310.

³⁶ Blöcker-Walter, *Alfons I.*, 151-161.

³⁷ Cruz, *Anais*, 71-72.

³⁸ Alberto Feio, "Um cronicón do mosteiro de Oliveira". *Revista de Guimarães* (1940), 33-36.

³⁹ Alexandre Herculano, *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, (Lisboa: Academia das Ciências, 1856), 19-20.

⁴⁰ Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa* (Porto: Estratégias Criativas, 2008), 125-140.

⁴¹ Cruz, *Anais*, 72-78.

⁴² Cruz, *Anais*, 139-147.

⁴³ Isadore Newman e Carolyn Ridenour, *Mixed Methods Research. Exploring the Interactive Continuum* (Carbondale: Southern Illinois University Press, 2008), 78-83; Patricia Bazeley, *Integrating Analyses in Mixed Methods Research* (Londres: Sage, 2018), 226-229.

topónimos identificados. No âmbito dos métodos qualitativos, por sua vez, adotamos uma conjugação da análise de representações⁴⁴, de observação intertextual ou *transtextual*⁴⁵ (em sentido idêntico ao de uma certa «arqueologia dos textos», como lhe chamava José Mattoso⁴⁶) e de uma dimensão hermenêutica de análise dos textos tendo em conta os referenciais dos mesmos⁴⁷.

Estrutura provisória do trabalho

O estudo de que nos ocupamos encontra-se estruturado em duas partes: a primeira delas corresponde à identificação e justificação das opções conceptuais, terminológicas e metodológicas, bem como à apresentação do estado da arte, das fontes e do travejamento espacial e cronológico do estudo; a segunda, à análise propriamente dita das fontes. Se a primeira cumpre os ditames de um estudo deste tipo e não requer necessariamente que aqui nos detenhamos na sua estrutura, a segunda, por decorrer de uma dimensão analítica particular de um conjunto de textos, merece que a sua organização seja divisada mais pormenorizadamente.

Optámos, nesta fase, por subdividir o trabalho em dez pontos, correspondentes ao número de fontes, organizadas cronologicamente, e a um capítulo final que servirá de sùmula e apresentação dos dados mais gerais. Esta estrutura permitiu-nos apresentar, em cada ponto, a fonte em questão e os espaços nela mencionados, contextualizando histórica e geograficamente as menções toponímicas. Isto implicou analisar de um ponto de vista hermenêutico e intratextual a presença de cada espaço ou topónimo no interior da historiografia, tendo em conta a genealogia de cada texto, os diversos contextos de produção e os propósitos dos diferentes autores e promotores.

Depois, perscrutamos nesse ponto não apenas as relações que os textos do *corpus* estabelecem entre si, mas também, atendendo à sua própria genealogia, aquelas que

⁴⁴ Roger Chartier, “Le monde comme représentation”, *Annales* 44, n. 6 (1989), 1505-1520; Carlo Ginzburg, “Représentation: le mot, l’idée, la chose”, *Annales* 46, n. 6 (1991), 1219-1234; Maurice Godelier, “La part idéelle du réel. Essai sur l’idéologique”, *L’Homme*, 18, n. 4 (1978), 155-188; Claude Gauvard, “Les représentations au Moyen Âge: quelques pistes de réflexion”, *Sociétés & Représentations* 2, n. 40 (2015), 277-287; Pierre Monnet, “Représentation(s)”, in *Le Dictionnaire de l’historien*, ed. Claude Gauvard e Jean-François Sirinelli (Paris: PUF, 2015), 596-601.

⁴⁵ Nathalie Limat-Letellier, “Historique du concept d’intertextualité”, in *L’intertextualité*, ed. Marie Miguet-Ollagnier e Nathalie Limat-Letellier (Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 1998), 17-64.

⁴⁶ José Mattoso, *A escrita da História* (Lisboa: Estampa, 1997), 116-120. Ver ainda Gabrielle Spiegel, *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999), 27-28.

⁴⁷ Jeff Malpas, “Introduction: Hermeneutics and Philosophy”, in *The Routledge Companion to Hermeneutics*, ed. Jeff Malpas e Hans-Helmuth Gander (Londres: Routledge, 2015), 1-9.

estabelecem com a historiografia que lhes terá estado na base. Do mesmo modo, confrontaremos esses dados com os de outras fontes coevas, da mesma tipologia ou de outra, já que se tratará sobretudo de procurar nelas elementos de contraste.

No último ponto, procurou-se, em concreto, identificar a existência de geografias privilegiadas pelas diferentes narrativas (primeiro em termos absolutos e depois de acordo com a sua tipologia) e através delas estabelecer a estratigrafia possível da memória do espaço. Não apenas no sentido de identificar as diferentes camadas que a constituem de modo heterogéneo, mas também como forma de conhecer os processos mais amplos que originaram cada elemento daquela estratigrafia.

Conclusões provisórias

Algumas das principais conclusões obtidas até ao momento refletem a geografia dos textos analisados. Numa visão panorâmica, vislumbramos essencialmente uma geografia do Ocidente peninsular inscrita no horizonte mediterrânico. Horizonte que, porém, somente enquadra, dado que é parcamente representado, se compararmos com a voluminosa quantidade de referências à Península Ibérica. Em particular, o relevo daquele espaço ocidental que viria a formar-se como reino de Portugal. Numa visão mais pormenorizada, porém, evidencia-se a heterogeneidade de cada um desses espaços. O espaço mediterrânico aparece assim representado a norte maioritariamente pelas urbes, de entre as quais se destaca Roma, a sul pelas tribos berberes e a leste quase exclusivamente por Jerusalém. A oeste, por sua vez, aparece o espaço ibérico marcado, na longa duração, por aquilo que poderíamos considerar a fixação narrativa da fronteira portuguesa em relação à Galiza, Leão, Castela e ao al-Andalus, relativamente bem definida desde os primeiros textos. Aí, observamos, contudo, como o Norte se afirma em relação ao Sul em termos de referências nominais.

Não podemos deixar de salientar como essas referências aparecem não raras vezes contaminadas, do ponto de vista da terminologia, pelas fórmulas utilizadas na diplomática: os seus redatores seriam, em muitos casos, os mesmos. Noutras casos, as expressões utilizadas evidenciam influências mais eruditas, especialmente no que diz respeito aos textos produzidos em Santa Cruz de Coimbra. Estes, em particular, fazem um uso de uma geografia muito particular e marcada pelo claro conhecimento das autoridades latinas, dos itinerários romanos e, assim parece, dos textos dos geógrafos do al-Andalus. Por outro lado, a historiografia oriunda do seu *scriptorium* reflete, à semelhança das suas hagiografias, os interesses territoriais do cenóbio, como, por exemplo, nos casos em que recorre claramente a documentos anteriores e inclui na narrativa historiográfica apenas os topónimos cujos benefícios obtivera ou

pretendia obter. Podemos concluir, a partir dessas evidências, que se tentou fixar (ou fabricar) nos textos a memória dos lugares para que de futuro pudesse ser utilizada em eventuais litígios com os restantes poderes.

Observamos também, como dissemos, aquilo que nos parece ser a construção narrativa das fronteiras do reino de Portugal, em particular na *Primeira Crónica Portuguesa* e na *IV^a Crónica Breve*. Sendo um o prolongamento aparente do outro, aquilo que sobressai são mapas régios, que organizam os espaços em função da memória de cada monarca como um contraponto a dois outros mapas, mais complexos e mais amplos, ambos desenhados por Pedro de Barcelos: um, pretensamente universal, na *Crónica de 1344*, o outro, ibérico e nobiliárquico, no *Livro de Linhagens*.

Não menos importante será a dimensão de geografia narrativa que encontramos nas diversas fontes, composta não apenas por mapas narrativos, mas também pela profusão de indicadores espaciais tais como a caracterização morfológica ou a indicação de distâncias, nos casos em que tal acontece. Símbolo, portanto, do desenvolvimento de um mapeamento do território que seria, em muito, anterior à cartografia visual, com as suas dimensões práticas de mapeamento dos territórios, sim, mas igualmente com as dimensões simbólicas. Uma geografia que recordava não apenas os espaços do reino de Portugal, mas que também os preenchia de simbolismo, que os recordava em função das diferentes efemérides e do que estas significavam para a história desse espaço – um movimento circular, portanto.